

## 5. Winnicott: por uma fluidez do brincar

Com o intuito de tentar localizar o espaço concedido à interpretação na clínica winnicottiana, torna-se necessário fazer um breve apanhado das principais idéias que compõem a sua teoria.

Pormenorizar a significativa multiplicidade de suas idéias e inovações – que em muito contribuíram para a clínica analítica – seria uma tarefa impossível e tampouco é o objetivo deste trabalho. Neste ponto, gostaríamos de demonstrar como a fluidez de suas reflexões terá uma repercussão direta na técnica analítica e, conseqüentemente, no lugar ocupado pela interpretação.

Acreditamos que Winnicott esteja entre os psicanalistas mais criativos de todos os tempos. Ao se deparar com a sua escrita, o leitor certamente não pode passar despercebido pelo seu estilo leve, solto e – por que não dizer – criativo de escrever. Ao contrário de Freud, Winnicott não tinha a menor preocupação em validar a psicanálise enquanto ciência. No entanto, isso não o impediu de contribuir significativamente para o enriquecimento da mesma. Assim, o leitor não deve se deixar enganar pela fluidez de sua escrita e precisa permanecer atento ao conteúdo denso de sua teoria, extremamente complexa e inovadora.

No que diz respeito a uma clínica voltada para os psiconeuróticos, Winnicott acreditava que tudo já havia sido esclarecido por Freud e que, nesse sentido, ele não tinha muito a acrescentar. O seu campo de interesse era outro: Winnicott se interessava pelos bebês e, conseqüentemente, por estágios muito primitivos do desenvolvimento humano. A etiologia de tais momentos era anterior à fase edipiana:

Optei por começar com o período da primeira maturidade, onde a criança já anda com segurança, tendo relacionamentos interpessoais que já alcançaram um sentido pleno, e o fiz porque posso ter certeza de que o leitor tem uma certa familiaridade com o trabalho de Freud, que localiza a origem da neurose dos adultos nos conflitos que surgem no indivíduo nessa mesma etapa.

A partir de uma apresentação sobre a psicologia dinâmica da primeira infância, *prossegurei para trás, alcançando momentos cada vez mais primitivos, em direção ao desconhecido dos primeiros instantes* em que o ser humano pode ser aplicado ao feto no interior do útero (Winnicott, 1990a, p.52), (grifos nossos).

Winnicott se dedica a momentos extremamente precoces do desenvolvimento humano e chega a referir-se a uma época em que a própria tentativa de definição de um bebê seria sem propósito, uma vez que este não existiria por si só: o que há é uma *unidade dual* mãe-bebê (v. Winnicott, 1983). Tal afirmação deixaria entrever a importância que Winnicott atribui ao ambiente no que diz respeito à saúde mental do indivíduo e apontaria para a noção de ser *em relação com* o mundo externo.

Neste estágio, o bebê não se veria como sendo uma outra pessoa, diferente da mãe. Em outros termos, para ele não haveria esta separação e a mãe faria parte da continuidade do seu ser. Sobre este estágio tão precoce do desenvolvimento, Winnicott diz:

No início há a não-integração, não há vínculo algum entre corpo e psique, e não há lugar para uma realidade não-EU. Teoricamente, este é o estado original, não padronizado e não planejado. Na prática isto não é verdade, pois o bebê está sendo cuidado, ou seja, amado, e isto quer dizer fisicamente amado. A adaptação à necessidade é quase completa.

Ao examinarmos as raízes mais precoces do desenvolvimento emocional, encontramos uma dependência cada vez maior. Nos estágios iniciais a dependência do ambiente é tão absoluta que não há utilidade alguma em pensarmos no novo indivíduo humano como sendo ele a unidade. Nesse estágio, *a unidade é o conjunto ambiente-indivíduo* (ou um nome mais adequado que se lhe possa dar), unidade da qual o novo indivíduo é apenas uma parte. *Neste estágio tão inicial não é lógico pensarmos em termos de um indivíduo*, e não apenas devido ao grau de dependência ou apenas porque o indivíduo ainda não está em condições de perceber o ambiente, mas também porque *ainda não existe ali um self individual capaz de discriminar entre o EU e o não-EU* (Winnicott, 1990b, p.153), (grifos nossos).

A partir deste ponto de vista, pode-se perceber na teoria winnicottiana a importância da mãe no que diz respeito ao desenvolvimento e à saúde emocional do seu bebê. E mais ainda: neste momento primitivo, a mãe *seria* o próprio ambiente. Sobre ela, Winnicott afirma que “foi responsável pelo ambiente no sentido físico do termo antes do nascimento, e após o nascimento a mãe continua a prover o cuidado físico, o único tipo de expressão de amor que o bebê pode reconhecer no princípio” (Winnicott, 1990c, p.122).

Desta maneira, o papel do ambiente seria crucial e chegaria até mesmo a atuar como condicionador de um desenvolvimento que – em uma relação de

correspondência direta com essa mãe-ambiente – poderá se realizar ou não de forma satisfatória:

O enunciado puro é este: nas primeiras fases do desenvolvimento emocional do bebê humano, um papel vital é desempenhado pelo meio ambiente que, de fato, o bebê ainda não separou de si mesmo. Gradativamente, a separação entre o não-eu e o eu se efetua, e o ritmo dela varia de acordo com o bebê e com o meio ambiente. *As modificações principais realizam-se quanto à separação da mãe como aspecto ambiental objetivamente percebido. Se ninguém está ali para ser mãe, a tarefa desenvolvimental do bebê torna-se infinitamente complicada* (Winnicott, 1975a, p.153), (grifos nossos).

E ainda:

(...) o fornecimento de um ambiente suficientemente bom na fase mais primitiva capacita o bebê a começar a existir, a ter experiências, a constituir um ego pessoal, a dominar os instintos e a defrontar-se com todas as dificuldades inerentes à vida. Tudo isto é sentido como real pelo bebê que se torna capaz de ter um eu, o qual, por sua vez, pode em algum momento vir até mesmo a sacrificar a espontaneidade, e até mesmo morrer.

Por outro lado, sem a propiciação de um ambiente inicial suficientemente bom, esse eu que pode dar-se ao luxo de morrer nunca se desenvolve (Winnicott, 2000a, p.404).

Há, assim, uma relação estreita e direta entre o ambiente – facilitador ou não – e a maneira segundo a qual o bebê irá se desenvolver. É a partir deste contato único com a mãe, desta experiência, que o bebê poderá caminhar da dependência absoluta rumo à independência<sup>1</sup>. Para que isto seja viável, é necessário que a mãe-ambiente integre o bebê e que seja capaz de se identificar com ele, pois é através dessa identificação que a mãe poderá ser capaz de se adaptar da forma mais completa possível às necessidades de seu bebê. Para que uma separação gradual do ambiente seja possível de ocorrer, é preciso que o ambiente tenha sido facilitador, isto é, que não tenha falhado em ajustar-se às necessidades do bebê.

Um outro aspecto importante aqui é o fato de a teoria winnicottiana privilegiar o olhar do ponto de vista do bebê e não do observador ou do mundo

<sup>1</sup> Gostaríamos de chamar a atenção para a nomenclatura utilizada por Winnicott aqui: ao usar o termo “rumo”, o autor enfatizaria mais uma vez a importância do ambiente e marcaria a impossibilidade de se desvencilhar dele totalmente, mostrando que a independência total jamais poderá ser alcançada e que, de uma certa maneira, sempre dependeremos do ambiente em uma menor ou maior escala.

externo. É exatamente isto que ocorre quando Winnicott afirma que um bebê não existe por si só. É bem verdade que o que o observador vê é um bebê sendo cuidado. No entanto, tal fato difere totalmente da percepção do bebê, uma vez que a sua sensação é a de fazer parte de uma única massa composta por ele e pela mãe:

Ao olharmos, vemos uma mãe, e um bebê desenvolvendo-se em seu útero, ou seguro em seus braços, ou sendo cuidado por ela de alguma outra forma. *Mas se olharmos através dos olhos do bebê, veremos que ainda não há um lugar a partir do qual olhar.* No entanto, a semente de todo o desenvolvimento futuro está ali, e a continuidade da *experiência de ser* é essencial para a saúde futura do bebê que virá a ser um indivíduo (Winnicott, 1990b, p.153), (grifos nossos).

A fim de que esta experiência seja bem sucedida, é fundamental a presença de uma *mãe suficientemente boa* (v. Winnicott, 1992), ou seja, de uma mãe capaz de funcionar como ambiente bom o bastante, proporcionando ao bebê o cuidado do qual necessita, o *holding* (o segurar) e o *handling* (o manejar) tanto físico quanto emocional e, posteriormente, capaz de lhe ir apresentando “pedacinhos do mundo” (*object-presenting*) na medida e no tempo certos (v. Winnicott, 1992). Esta mãe irá nomear, traduzir o mundo à criança. Em outras palavras, estamos falando de uma mãe que se identifique tanto com o seu bebê a ponto de adaptar-se o mais completamente possível as suas necessidades. Winnicott acredita que esta é uma tarefa que as mães exercem naturalmente bem e que não precisa ser ensinada ou explicada a elas. Ao contrário, em termos ideais, espera-se que não haja necessidade de nenhuma outra interferência externa nesta relação. Desde os meses da gravidez, a mãe começaria a se preparar para o nascimento de seu bebê e, conseqüentemente, para a tarefa de cuidar dele. Ela chegaria até mesmo a ponto de atingir um estado extremamente regredido, tamanha é a sua identificação com o seu bebê.

Para que isto seja possível de ocorrer, a mãe lembra que já foi ela mesma um bebê e dos cuidados que recebeu. Além disso, para poder adaptar-se ao seu bebê, é preciso que a própria mãe também esteja inserida em um ambiente bom o bastante, isto é, que possa usufruir de condições que lhe dêem o suporte necessário, o que lhe permitiria, então, se ocupar de seu bebê. Apenas desta maneira, a mãe será capaz de adaptar-se tão bem à criança de forma que esta

última não se dará conta da existência de um ambiente. Neste estágio tão primitivo, quando a dependência é total e absoluta, não faz sentido algum separarmos o indivíduo e o ambiente ou o que faz parte do eu e do não-eu. Assim, o ambiente e o cuidado proveniente dele não são subjetivamente percebidos enquanto externos, pois uma separação ainda não ocorreu.

Uma das experiências mais determinantes da vida do bebê, propiciada pela mãe suficientemente boa, é a *vivência de onipotência* (v. Winnicott, 2000b, p. 314). É esta mãe, tão naturalmente ativa no que diz respeito à adaptação das necessidades do seu bebê, que permitirá a este último experimentar esta sensação de onipotência que nada mais é do que vivenciar a impressão de ter criado o seio-mundo: quando o bebê tem fome, a mãe lhe oferece o seio. No entanto, o bebê não sabe que este seio é um objeto que vem de fora. Logo, a mãe mantém a *área de ilusão* do bebê (Winnicott, 1992). É extremamente importante que o bebê vá construindo a ilusão de que este seio apresentado pela mãe, nada mais é do que algo que ele criou (*criação do objeto*), (Winnicott, 1983). Assim, o bebê vive como se tivesse criado ilusoriamente aquele seio, experimentando aqui a vivência de onipotência:

No contexto do relacionamento do bebê com o seio materno (e não estou declarando que o seio é essencial como veículo do amor da mãe), o bebê tem impulsos instintivos e idéias predatórias. A mãe tem o seio e o poder de produzir leite, e a idéia de que ela gostaria de ser atacada por um bebê faminto. Esses dois fenômenos não estabelecem uma relação entre si até que a mãe e o bebê *vivam juntos uma experiência*. A mãe, sendo madura e fisicamente capaz, deve ser a parte que tolera e compreende, sendo ela, portanto, quem produz uma situação que, com sorte, pode resultar no primeiro vínculo estabelecido pelo bebê com um objeto externo, um objeto que é externo ao eu do ponto de vista do bebê.

Imagino esse processo como se duas linhas viessem de direções opostas, podendo aproximar-se uma da outra. Se elas se superpõem, ocorre um *momento de ilusão* – uma partícula de experiência que o bebê pode considerar *ou* como uma alucinação sua, *ou* como um objeto pertencente à realidade externa.

Em outras palavras, o bebê vem ao seio, quando faminto, pronto para alucinar alguma coisa que pode ser atacada. Nesse momento aparece o bico real, e ele pode então sentir que esse bico era exatamente o que ele estava alucinando. Assim, suas idéias são enriquecidas por detalhes reais de visão, sensação, cheiro, e na próxima vez esses materiais serão usados na alucinação. Deste modo ele começa a construir a capacidade de conjurar aquilo que de fato está ao alcance. A mãe deve prosseguir fornecendo ao bebê esse tipo de experiência. O processo é enormemente

simplificado, se o bebê é cuidado por uma única pessoa e uma única técnica (Winnicott, 2000c, p.227), (grifos do autor).

As palavras de Winnicott nos alertam para a possibilidade de que esta vivência de onipotência não ocorra, caso não haja uma sintonia entre a mãe e o seu bebê. Para que esta experiência possa se dar é essencial que a mãe “saiba” o momento exato de apresentar o seio e o mundo à criança. Este “saber” não se localizaria em uma esfera intelectual ou cognitiva, uma vez que se desenvolve a partir de uma identificação total da mãe com o seu filho.

Ainda sobre esta vivência de onipotência, Winnicott nos diz:

É especialmente no início que as mães são vitalmente importantes, e de fato é tarefa da mãe proteger o seu bebê de complicações que ele ainda não pode entender, dando-lhe continuamente aquele pedacinho simplificado do mundo que ele, através dela, passa a conhecer. Somente com base numa fundação desse tipo pode desenvolver-se a percepção objetiva ou a atitude científica. *Toda falha relacionada à objetividade, em qualquer época, refere-se à falha nesse estágio de desenvolvimento emocional primitivo.* Somente com base na monotonia pode a mãe adicionar riqueza de modo produtivo (Winnicott, 2000c, p.228), (grifos nossos).

Pode-se entrever a partir daí a possibilidade de *falha*<sup>2</sup> da mãe-ambiente que ocorrerá caso o bebê seja exposto a cuidados variados: tal diversidade seria nociva, pois interromperia a continuidade do ser da criança. Em outros termos, variações excessivas no *holding* e no *handling* fornecidos ao bebê poderiam funcionar como invasões e, quando vivenciados enquanto tais, não propiciam a integração da criança. A mãe também pode falhar ao ser incapaz de identificar-se com o seu bebê. Esta incapacidade não permitirá à mãe adaptar-se às necessidades do seu filho, privando-o, assim, de experiências fundamentais e até mesmo condicionadoras do seu desenvolvimento<sup>3</sup>.

Para Winnicott, a vivência de onipotência é fundamental, pois é o que irá permitir mais tarde que o indivíduo seja capaz de se relacionar.

<sup>2</sup> Ao longo de seus escritos, Winnicott constantemente aponta ao leitor a questão da *falha*, apesar de o conceito de *falha básica* ser mais pertinente na obra de Michael Balint (v. Winnicott, 1990c, p.123).

<sup>3</sup> É importante mencionarmos que em um momento posterior do desenvolvimento emocional infantil, a falha pode e, até mesmo, deve ocorrer. Mais ainda: em tal momento, é *esperado* que a mãe falhe e que, gradualmente, vá se dando a separação entre o indivíduo e o ambiente. No entanto, falhas em momentos muito precoces do desenvolvimento humano são consideradas por Winnicott como extremamente nocivas e comprometedoras deste mesmo desenvolvimento.

Conseqüentemente, aquele que não tem a oportunidade de estar inserido em um ambiente que propicie a experimentação desta vivência de onipotência irá procurá-la pela vida afora, ficando preso a ela e se tornando, então, impossibilitado de se relacionar.

De acordo com Winnicott:

O impulso criativo inato desaparece a menos que seja correspondido pela realidade externa ('realizado'). *Toda criança tem que recriar o mundo*, mas isso só é possível se, pouco a pouco, o mundo for se apresentando nos momentos de atividade criativa da criança. *A criança procura algo e encontra o seio, e criou-se o seio*. O sucesso dessa operação depende da sensibilidade da adaptação da mãe às necessidades da criança, sobretudo no começo.

A partir disso há uma progressão natural no sentido da criação por parte da criança do conjunto de toda a realidade exterior, *e da criatividade contínua que, de início, necessita de uma audiência e que, por fim, acaba por criar até mesmo esta*. Os dolorosos primeiros estágios desse processo vitalício desenrolam-se na primeira infância, e dependem da capacidade da mãe de apresentar o fragmento de realidade no momento mais ou menos exato. Ela é capaz de fazê-lo porque, temporariamente, encontra-se identificada em grau extremo com sua criança (Winnicott, 2005, p.16), (grifos nossos).

A tarefa de identificar-se com o seu bebê é extremamente importante, pois – como já vimos – é o que permitirá que a mãe se adapte às necessidades daquele que, nesse momento, não se percebe como um ser separado dela. Além disso, é esta mesma capacidade de identificação que, através da vivência de onipotência, propiciará ao bebê a oportunidade de criar. É a *mãe suficientemente boa* que permitirá ao seu bebê criar o seio, o mundo e, até mesmo, ela própria:

A mãe que foi capaz de satisfazer as necessidades mais primitivas pelo simples cuidado físico possui agora uma nova função. *Ela deve ir ao encontro do momento criativo específico*, e saber disso através de sua própria capacidade para identificar-se com o bebê e pela observação do seu comportamento. *A mãe está esperando ser descoberta*. E não é preciso que ela reconheça intelectualmente o quanto é importante que o bebê a crie, para que ela possa fazer a sua parte e ser criada por cada bebê novamente.

A mãe que acabou de atravessar uma experiência estafante tem à sua frente uma tarefa extremamente difícil. Ela própria precisa estar dotada de um tipo de potência especial, pois nem um seio cheio demais nem um seio inteiramente inerte serão perfeitamente apropriados (Winnicott, 1990c, p.122), (grifos nossos).

Um pouco mais adiante, Winnicott afirma:

Felizmente o bebê não precisa de um padrão de comportamento muito rígido. *Se tudo vai bem, o bebê estará pronto para descobrir o mamilo, e isso em si mesmo é um tremendo acontecimento*, independente do ato de mamar. *É muito importante do ponto de vista teórico que o bebê crie este objeto, e o que a mãe faz é colocar o mamilo exatamente ali e no momento certo para que seja o seu mamilo que o bebê venha a criar. Não há dúvida de que é muito importante para a mãe que o bebê descubra o mamilo desta forma criativa.* Uma inauguração tão delicada do relacionamento exige certas condições, e é preciso admitir que as condições apropriadas em geral estão ausentes, em razão da tendência generalizada nas maternidades de ignorar *este início tão fundamental e tão vital do relacionamento entre o bebê e aquilo que já conhecemos como sendo o mundo em que o bebê irá viver* (Winnicott, 1990c, p.123), (grifos nossos).

É possível notar a íntima relação na teoria winnicottiana entre a vivência de onipotência e a criatividade. O que é objetivamente percebido deixa de ser tão importante e o que se torna crucial aqui é a oportunidade de experimentar a ilusão de criação.

De acordo com Winnicott, para ser capaz de criar é preciso ser visto. Ele vai ainda mais longe ao afirmar que a nossa própria existência está condicionada a esta possibilidade: se não sou visto, não existo e também torno-me impossibilitado de ver. Nas palavras de Winnicott, é o ser visto “que está na base do olhar criativo” (Winnicott, 1975a, p.157). Percebe-se aqui a ênfase que recai sobre a interação do indivíduo com o ambiente, na troca que se efetua entre o afetar e o ser afetado. O ambiente atua, então, como condicionador da própria existência humana: o bebê, para poder existir, depende totalmente de um ambiente facilitador que, além de vê-lo, é capaz de moldar-se totalmente as suas necessidades.

A noção de criatividade é central no pensamento winnicottiano e está atrelada à concepção de saúde psíquica e mental. Em outras palavras, é o viver criativo que constitui a base de uma existência saudável:

*É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida.* Em contraste, existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos os seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação. A submissão traz consigo um sentido de inutilidade

e está associada à idéia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira tantalizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina.

Essa segunda maneira de viver no mundo é identificada como doença, em termos psiquiátricos. De uma ou de outra forma *nossa teoria inclui a crença de que viver criativamente constitui um estado saudável, e de que a submissão é uma base doentia para a vida* (Winnicott, 1975b, p.95), (grifos nossos).

Uma vez que a criatividade é um pré-requisito para um bom funcionamento psíquico, a ausência de neurose pode até ser considerada como sinônimo de saúde, mas está longe de ser o suficiente para propiciar uma vida digna de ser vivida (v. Winnicott, 1975c, p.139). Neste sentido, acreditamos ser possível dizer que para Winnicott não basta ter saúde ou, em outros termos, não é suficiente apenas viver: é preciso viver *bem*, ter gosto pela vida. E isso somente se viabiliza através da criatividade. Além disso, a sua própria concepção de saúde difere da comumente adotada pela comunidade médica:

(...) a noção médica de que a saúde é uma relativa ausência de doenças não é suficientemente boa. A palavra saúde possui seu próprio significado positivo, fazendo com que a ausência de doenças não seja mais que o ponto de partida para uma vida saudável (Winnicott, 1990d, p.21).

O pensamento não dicotômico de Winnicott, a ausência em sua teoria de fronteiras rígidas que tentariam a qualquer custo delimitar e reforçar com excessiva nitidez uma separação entre o que é interno/externo, eu/não-eu, normal/anormal, abre espaço para uma terceira área: a da brincadeira. Winnicott situará esta “importante área da *experiência* no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente (... )” (Winnicott, 1975: 142), (grifo do autor).

Acolher esta terceira área torna-se fundamental aqui: Winnicott acredita que a realidade psíquica do indivíduo (o seu mundo interno) e a realidade objetiva (o mundo externo) não são suficientes para dar conta de toda a complexidade que engloba o desenvolvimento humano. A estas duas realidades, é preciso contrapor uma outra área intermediária – o espaço potencial – uma vez que dele depende o viver criativo (v. Winnicott, 1975c, p.142). Teríamos, então, três “estados humanos”: o mundo real em que vive o indivíduo seria estável e uma certa

fixidez também caracterizaria a realidade interna de cada um de nós. O terceiro estado, no entanto, seria significativamente variável, pois derivaria diretamente das nossas experiências que se efetuaram em momentos muito precoces da existência.

Uma vez que o brincar se localizaria no espaço potencial, é também aí que se situaria a experiência cultural: tais experiências nada mais são do que uma ampliação do brincar. Logo, podemos perceber novamente a tamanha importância do ambiente: o desenvolvimento humano depende de fatores que estão interligados e o sucesso ou fracasso de um depende e condiciona o êxito ou a falha de outro. Em outros termos, é a mãe – ao se identificar com seu bebê – que lhe propiciará um meio ambiente facilitador ou não e tal ambiente está extremamente ligado à capacidade de adaptação da mãe à criança. É neste ambiente que se estabelecerá não apenas a troca entre mãe e bebê, mas também a confiança em uma estabilidade e uma continuidade do segurar e do manejar, ou seja, do cuidado. É esta confiança no cuidado que levará a uma sensação de segurança e, conseqüentemente, também de confiança neste ambiente que será vivenciado como não invasivo e como capaz de suporte. É apenas a partir desta confiança – que pode ou não existir – que as experiências salutares podem se dar. Desta forma, a confiança funcionaria como condição para o espaço potencial:

Todo bebê tem aqui a sua própria experiência favorável ou desfavorável. A dependência é máxima. O espaço potencial acontece apenas *em relação a um sentimento de confiança* por parte do bebê, isto é, confiança relacionada à fidedignidade da figura materna ou dos elementos ambientais, com a confiança sendo a prova da fidedignidade que se está introjetando (Winnicott, 1975c, p.139), (grifos do autor).

E continua:

A fim de estudar a brincadeira e, depois, a vida cultural do indivíduo, há que estudar o destino do espaço potencial existente entre qualquer bebê e a figura materna humana (e, portanto, falível) que é essencialmente adaptável por causa do amor.

Se essa área for imaginada como parte da organização do ego, teremos aqui uma parte do ego que não é um ego corporal, que não está fundada no padrão de *funcionamento* corporal, mas nas *experiências* corporais (Winnicott, 1975c, p.140), (grifos do autor).

A experiência teria, assim, um lugar primordial na teoria e na prática winnicottianas, uma vez que toda a capacidade de desenvolvimento humano será determinada pela mesma. É na experiência que há troca entre indivíduo e ambiente. Tal troca deve se dar de maneira que o bebê, inicialmente, não perceba a existência de um mundo externo que não faz parte dele. É também a experiência que remete à idéia de fazer parte de um meio cujos elementos estariam em contato, em relação, onde os seus elementos atingem e são atingidos, influenciando-se mutuamente; e também é aí que se nota com bastante clareza todos os elementos de uma grande teia que se entrecruzam e se inter-relacionam a todo o momento.

Torna-se possível, então, afirmar que o pensamento de Winnicott remeteria mais à idéia de falha, uma vez que esta se daria na experiência, ou seja, na presença e seria, assim, contingencial. A falta, ao contrário, seria estrutural. Winnicott acredita que para que um bebê possa existir, este dependerá de uma boa qualidade da presença. Esta idéia desvincula desejo, castração e falta. Tem-se aí uma outra diferença entre o pensamento winnicottiano e os preceitos freudianos.

Além disso, o ambiente facilitador em Winnicott deve ser *oferecido* e não proibido: propicia-se este ambiente ao bebê a fim de que ele possa ser *conquistado* e não simplesmente dado. O ambiente tem igualmente um papel capital na *integração* da criança e esta também deve ser conquistada (v. Winnicott, 1990e, p.138).

O olhar winnicottiano abre lugar para uma pluralidade de possibilidades que dependerão da qualidade do cuidado que, por sua vez, será condicionador do tipo de desenvolvimento humano. Nada é pré-definido ou pré-estabelecido: tudo pode ocorrer, não havendo, assim, espaço para uma falta que supostamente imprime no indivíduo a sua marca pela vida afora e sobre a qual nada lhe resta fazer a não ser resignar-se a ela. Este ponto de vista também difere significativamente da teoria freudiana e abriria espaço para uma criatividade – derivada da experiência – que daria margem a uma vasta multiplicidade:

Na boa experiência média, nesse campo de manejo (que começa tão primitivamente, e está sempre recomeçando), o bebê encontra prazer intenso, até mesmo doloroso, associado à brincadeira imaginativa. *Não há jogo estabelecido, de modo que tudo é criativo* e, embora o brincar faça parte da relação de objeto, tudo o que acontece é pessoal ao bebê. Tudo o

que é físico, é imaginativamente elaborado, investido de uma qualidade de primeira vez (Winnicott, 1975c, p.140), (grifos nossos).

Segundo Winnicott, de nada adianta a psicanálise centrar-se apenas no indivíduo, agindo como se ele não fizesse parte de um todo, de um ambiente que o molda, incidindo sobre ele forças que não devem ser desconsideradas. Da mesma forma, o indivíduo também atuará sobre o ambiente, exercendo um efeito sobre o mesmo. É por este motivo que, de acordo com os preceitos da teoria winnicottiana, a criança não pode ser percebida sem os cuidados que recebe: a interação entre sujeito (indivíduo) e ambiente (objeto) é tão pertinente que qualquer tentativa de separar esses elementos acabará por revelar-se inútil.

É necessário dizer que, até mesmo, quando menciona a existência de um movimento inato por parte do bebê em busca do ambiente facilitador, Winnicott demonstra que este não se dá pura e simplesmente e incessantemente acentua a relevância dos fatores ambientais que só irão deixando de ser tão prioritários em etapas posteriores do desenvolvimento. Logo, quanto mais precoce o estágio de desenvolvimento, mais imprescindível é o ambiente. Estes momentos mais primitivos precedem o nascimento:

O ponto de vista que estou adiantando aqui é o de que *no momento do nascimento a termo já existe um ser humano no útero, capaz de ter experiências* e acumular memórias corporais e até mesmo organizar defesas contra possíveis traumas (como a interrupção da continuidade do ser pela reação contra intrusões do ambiente, na medida em que este falha em sua missão de se adaptar) (Winnicott, 1990f, p. 165), (grifos nossos).

Inicialmente, há apenas o soma. É apenas posteriormente – e apenas sob a condição de que tudo corra bem (ou seja, de que o ambiente seja facilitador) – que surgirá a psique a qual, por sua vez, acabará por se unir ao soma. Somente depois, surge o intelecto (v. Winnicott, 1990g, p.161). É condição fundamental que essa integração entre psique, soma e intelecto se dê para que o ambiente vá, gradualmente, passando a ter cada vez menos importância, ao contrário dos momentos mais primitivos, quando o ambiente precisa ser tomado como garantido (v. Winnicott, 1990h, p.173).

À medida que o tempo passa, algumas desadaptações podem ser não somente toleradas, como também revelam-se necessárias:

De início, o ambiente deve proporcionar 100% de adaptação à necessidade, pois de outra forma o estado do ser é interrompido pela reação à intrusão. Em breve, porém, a adaptação total já não é necessária, e *uma desadaptação gradual se revela muito útil* (além de ser inevitável). O intelecto começa a explicar, admitir e antecipar a desadaptação (até certo ponto), transformando assim a desadaptação novamente em adaptação total. As experiências são catalogadas, classificadas e relacionadas a um fator tempo. Muito antes de o pensamento se transformar numa característica, possivelmente necessitando de palavras para se realizar, o intelecto já tem uma tarefa a cumprir. A função intelectual varia enormemente de um bebê a outro, visto que o trabalho a ser realizado pela mente depende não de fatores inerentes ao ser ou do crescimento em si mesmo, mas do comportamento do ambiente, ou seja, da mãe que cuida do bebê (Winnicott, 1990g, p.161), (grifos nossos).

Obviamente, as desadaptações acarretam falhas que, por sua vez, também passarão a ser toleradas e serão consideradas até mesmo úteis, uma vez que é necessário que o ambiente comece, gradualmente, a dar espaço para que o indivíduo vá obtendo alguma autonomia:

(...) a criança desenvolve um ‘ambiente interno’: no decorrer do tempo e à medida que o crescimento se processa, aumenta a tolerância com relação às falhas do ambiente, permitindo que a criança participe ativamente da organização e da produção do contexto emocional que lhe parece desejável (Winnicott, 1990h, p.175).

Assim, é de extrema relevância a receptividade, bem como a sensibilidade da mãe-ambiente que “saberá” – devido à identificação com a criança – o momento certo de se adaptar totalmente e quando deve começar, pouco a pouco, a falhar nesta adaptação. Somente quando se atinge um estágio no desenvolvimento emocional infantil em que a criança já começa a suportar tais falhas, é que estas últimas devem ocorrer. É imprescindível que façam parte do ambiente da criança no momento certo; não devem ocorrer nem antes, nem depois.

Para que este momento seja respeitado, é fundamental que o ambiente não seja percebido ou sentido como intrusivo: a apresentação do mundo na hora e medida certas propiciará a oportunidade de brincar, base do viver criativo. Quando o ambiente em que a criança está inserida não lhe propicia esta

oportunidade, a sua capacidade de brincar é afetada e as conseqüências são extremamente nocivas:

A ‘criança privada’ é notoriamente inquieta e incapaz de brincar, apresentando um empobrecimento da capacidade de experiência no campo cultural. Essa observação conduz a um estudo do efeito da privação na época da perda do que se tornou aceito como fidedigno. *O estudo dos efeitos da perda em qualquer estágio primitivo envolve-nos no exame dessa área intermediária, ou espaço potencial entre sujeito e objeto.* O fracasso da fidedignidade ou perda do objeto significa, para a criança, perda da área da brincadeira e perda de um símbolo significativo. Em circunstâncias favoráveis, o espaço potencial se preenche com os produtos da própria imaginação criativa do bebê. Nas desfavoráveis, há ausência do uso criativo de objetos, ou esse uso é relativamente incerto (Winnicott, 1975c, p.141), (grifos nossos).

Ter a oportunidade de brincar constitui uma experiência crucial no desenvolvimento, pois é a partir daí que se abre espaço para a criatividade e, conseqüentemente, para a possibilidade de uma área em que a personalidade integral do indivíduo possa ser utilizada, o que acarretaria a descoberta do verdadeiro *self*. Este espaço em que o brincar e a experiência cultural – derivada dessa atividade – ocorrem é “a terceira área de espaço potencial entre mãe e bebê” (Winnicott, 1975d, p.79). É esta terceira área – que não diz respeito nem ao interior, nem ao exterior – que pode ser nomeada como o *transicional* winnicottiano: este seria um canal entre fantasia e realidade que teria que se manter aberto, uma espécie de área intermediária entre o subjetivo e o objetivo.

É esta a localização do brincar e do criar:

Entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido *existe uma terra de ninguém, que na infância é natural*, e que é por nós esperada e aceita. O bebê não é desafiado no início, não é obrigado a decidir, tem o direito de proclamar que algo que se encontra na fronteira é ao mesmo tempo criado por ele e percebido ou aceito no mundo, o mundo que existia antes da concepção do bebê. Alguém que exija tamanha tolerância numa idade posterior é chamado de louco (Winnicott, 1990i, p.127), (grifos nossos).

À criança, esta “loucura” não somente deve ser permitida, como também deve ser favorecida: é a vivência deste “estado de loucura” que irá permitir ao bebê criar, descobrir o seu *self* e adquirir confiança em um ambiente que não

apenas se preparou para lhe oferecer esta oportunidade, mas também aceitou que a criança a experimentasse totalmente, não exigindo dela a solução para este *paradoxo*.

Com este conceito, Winnicott nos oferece uma *possibilidade* de trânsito, de percorrer mundos não bloqueados por barreiras rígidas e intransponíveis. A importância desta idéia se deve ao fato de não limitar-se a um território coercitivo que permita somente duas possibilidades excludentes: *ou dentro, ou fora*. Em outras palavras, a noção de *transicional* em Winnicott aponta para uma concepção mais difusa do espaço, para fronteiras menos rigorosamente delimitadas e avessas a binarismos. Além disso, o conceito de transicionalidade não somente acolhe a entrada do paradoxo como também exige que este se mantenha enquanto tal:

É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação. Essa importante característica do brincar será examinada aqui como desenvolvimento do conceito de fenômenos transicionais e leva em conta também *um paradoxo que precisa ser aceito, tolerado e não solucionado* (Winnicott, 1975d, p.79), (grifos nossos).

A idéia de transicionalidade permeia toda a teoria winnicottiana e é central aí. Esta noção estende-se à descrição que o autor faz das experiências, objetos e fenômenos: não é por acaso que todos estes substantivos são seguidos do adjetivo “transicionais”.

Com relação a eles, Winnicott nos diz:

No dia-a-dia da vida do bebê, podemos observar como ele explora esse terceiro mundo, um mundo ilusório que nem é sua realidade interna, nem é um fato externo, e que toleramos num bebê, ainda que não o façamos com adultos ou mesmo com crianças mais velhas. Vemos o bebê chupando os dedos ou adotando alguma técnica de mexer o rosto ou murmurando um som ou agarrando algum pano, e sabemos que nesse momento o bebê está declarando seu controle mágico sobre o mundo por meio desses diversos instrumentos, prolongando (e nós permitimos que ele o faça) a onipotência originalmente satisfeita pela adaptação realizada pela mãe. Considerei útil denominar os objetos e fenômenos que pertencem a este tipo de experiências de ‘transicionais’. Aos objetos chamei de ‘objetos transicionais’, e às técnicas empregadas nessas situações de ‘fenômenos transicionais’. Estes termos implicam na existência de um estado temporário próprio da primeira infância em que ao bebê é permitido pretender um controle mágico sobre a realidade externa, um controle que,

nós sabemos, foi tornado real pela adaptação da mãe, mas disto o bebê ainda não sabe. O ‘objeto transicional’, ou primeira posseção, é um objeto que o bebê criou ainda que, ao mesmo tempo em que nós assim dizemos, na realidade sabemos que se trata da ponta de um cobertor ou da franja de um xale ou de um brinquedo (Winnicott, 1990i, p.126).

Estes objetos e fenômenos representam o que Winnicott denomina de *substância intermediária*. Esta substância também se funda no paradoxo: ela pertence ao bebê e ao ambiente; une e separa (v. Winnicott, 1990h, p.178). Estes constituem apenas mais alguns exemplos dos paradoxos que se encontram presentes no pensamento winnicottiano. Um outro paradoxo, extremamente importante, se dá quando Winnicott afirma – ao discorrer sobre a questão do relacionamento do indivíduo – que: “mesmo no *contato mais íntimo* possível haverá uma *ausência de contato*, de modo que cada indivíduo manterá, essencialmente, um isolamento absoluto, permanentemente e para sempre” (Winnicott, 1990h, p.178), (grifos nossos).

Acreditamos que o fato de o paradoxo percorrer toda a sua obra deve-se à tentativa – indubitavelmente bem sucedida – de Winnicott de descrever o desenvolvimento humano a partir dos olhos do bebê: somos nós – adultos – que insistimos em categorizar a vida e os seus acontecimentos em binarismos, que relutamos em deixar de perceber o mundo através de lentes dicotômicas. O bebê, ao contrário, está constantemente em contato com o mundo e com a vida e, conseqüentemente, é uma riqueza imensa de possibilidades.

A fluidez da escrita e da teoria winnicottianas ilustra muito bem um outro paradoxo: a escrita é tão simples que chega a ser complexa. Esta fluidez, extremamente inovadora, facilita e dificulta, admitindo a entrada de mundos que tememos e desejamos, nos confrontando constantemente com mundos com os quais não estamos acostumados a lidar, fazendo com que o leitor muitas vezes se perca em meio a toda essa densa simplicidade, ficando – muitas vezes – estarecido diante da sua escrita espontânea que caminha lado a lado com a complexidade do seu raciocínio e das suas idéias inovadoras.

Winnicott condena qualquer espécie de fanatismo, qualquer excesso que anule o sujeito e que aniquile a sua criatividade, pois é justamente a nossa capacidade de criar que nos permitirá acolher novas e inúmeras possibilidades. E

a vertente da criatividade deriva de uma área não aprisionada e flexível: a área da transicionalidade.

É possível dizer que a escrita de Winnicott é extremamente criativa tanto no sentido usual da palavra quanto na concepção winnicottiana do termo: não é uma escrita autoritária, fechada, ameaçada por releituras.

Em seu artigo sobre a escrita de Winnicott, Thomas H. Ogden coloca:

(...) a escrita exige que o leitor seja um parceiro ativo na criação de significado. A escrita (como as comunicações de um analisando) sugere, e só sugere, possibilidades de significado. O leitor/analista precisa querer e conseguir não saber para criar espaços dentro de si para a diversidade de significados possíveis de serem experimentados/criados, e para permitir que um ou outro significado, ou diversos significados concomitantes, tenham ascendência (por um tempo) (Ogden, 2002, p.742).

Winnicott, com sua escrita que apenas sugere, abre espaço para este leitor ativo. Ogden vai falar dessa escrita como “guia ‘que só tem o intuito de fazer se perder’” (Ogden, *op.cit.*, p.744, citando Frost, 1942, p.341).

O fato de não se preocupar com a imposição de suas idéias aos seus leitores se reflete na escrita ágil e solta de Winnicott: não é raro que o leitor se depare com metáforas, trocadilhos ou aliterações em suas produções escritas. Coerente com a sua teoria, a escrita winnicottiana “brinca” com as palavras, dando espaço para redescobertas e se distanciando de tudo o que possa ser considerado como fechado e definitivo. Ao contrário: Winnicott dá espaço para a criatividade e acolhe a entrada do subjetivo sem ser de forma aleatória. Da mesma forma, a criatividade – cujos direitos de expressão Winnicott tanto defende – também não ocorreria de qualquer maneira, uma vez que precisaria de uma base para poder se dar. Como já vimos, Winnicott acredita que este suporte seja fornecido pela relação mãe-bebê.

Uma teoria que tanto valoriza o ambiente poderia ser capaz de abrir espaço para a interpretação e, caso possa fazê-lo, qual seria a sua função na clínica? Este acolhimento comprometeria a valorização do ambiente na prática ou interpretação e ambiente são capazes de coexistir no tratamento? Qual seria, então, o lugar concedido a este ambiente na análise?

Winnicott pode ser considerado um dos grandes representantes de uma psicanálise que privilegia o *setting* que, por sua vez, nada mais é do que o *ambiente analítico*.

Coerentemente, a sua proposta teórica pode – indubitavelmente – ser percebida na prática clínica: assim como na teoria a relação que se dá entre a mãe e o seu bebê é central, na prática busca-se propiciar a relação entre a mãe suficientemente boa e a criança. Esta tentativa de favorecer um ambiente favorável e facilitador poderia ser percebida como a base constituidora do *setting* analítico aqui:

Winnicott estudou as minúcias da atenção da mãe suficientemente boa dirigida a seu bebê e isso para ele tornou-se um paradigma indispensável para o *setting* analítico. Embora nunca tivesse pretendido que a relação psicanalítica devesse ser percebida *somente* como uma réplica da relação precoce entre a mãe e seu bebê, ele reconhecia que o modelo da relação entre a mãe suficientemente boa e o bebê pudesse ser transposto na técnica terapêutica. Logo, para Winnicott, a psicanálise se tornou um ambiente de suporte<sup>4</sup> que poderia facilitar todos os tipos de pacientes, particularmente aqueles cujo ambiente inicial tivesse falhado severamente com relação a eles. Esses mesmos pacientes não eram, até então, vistos como adequados para empreender um tratamento psicanalítico (Abram, 1997, p.3), (grifo do autor).

Aqui, o ambiente seria priorizado e, conseqüentemente, a interpretação deixaria de ocupar o lugar de maior destaque. Isso não quer de forma alguma dizer que a atividade interpretativa tenha se tornada estranha a esta prática: a sua utilização ainda ocorre, mas no sentido de *mais uma* ferramenta que encontra-se à disposição da técnica. De acordo com este ponto de vista, a interpretação perderia a sua primazia e seria utilizada em conjunto com o manejo.

Acreditamos ser possível afirmar que, no que diz respeito ao pensamento winnicottiano, o fato de a interpretação perder o caráter de soberania do qual usufrui na teoria e na prática freudianas deve-se a uma não valorização das questões pulsionais, fantasmáticas e metapsicológicas. Em Winnicott, estas questões não são colocadas em primeiro plano, o que é bastante coerente vindo de um teórico das relações objetais: tal fato está em total conjunção com a sua idéia central de que um bebê por si só não é nada sem a sua mãe-ambiente.

---

<sup>4</sup> No texto original, os termos utilizados são “a holding environment”.

Parece-nos lógico pensar que são os analistas que valorizam excessivamente a interpretação enquanto pré-requisito para mudanças significativas no analisando os mesmos que também atribuem uma relevância demasiada ao lugar ocupado pelo analista em sua prática. Este lugar está freqüentemente vinculado às noções de neutralidade e de abstinência. Interpretação e posição do analista estão intimamente ligadas, uma vez que acreditar ser o detentor da verdade que *falta* ao outro significa dar continuidade a um pensamento verticalizado, arrogante e desigual.

Do outro lado, temos os autores para quem a atividade interpretativa não é merecedora de nenhum privilégio. Para estes, é o *setting* – que não pode ser desvinculado do que se passa na relação analítica – que deve ser priorizado. São justamente estes analistas os mais atuantes: os que abrem mão de uma suposta neutralidade em virtude do afeto e da empatia, acreditando que é nesta relação, neste meio ambiente bom o bastante e neste interjogo entre analista e analisando que mudanças significativas são passíveis de ocorrer. Obviamente, Winnicott se situaria aí.

Logo, tais mudanças não seriam propiciadas por interpretações maciças que, na verdade, insistiriam em fazer parte de um processo de reconstrução ilusória através de incessantes tentativas de atribuições de significado. Tais interpretações, na psicanálise freudiana, encontrariam – na maioria das vezes – a sua representação em Édipo. Estes insistentes esforços em conferir significação, por sua vez, poderiam ser considerados como tentativas de aprisionamento e apreensão do criar: acreditamos que o ato excessivo de interpretar possa propiciar um distanciamento entre aquele que sabe e aquele que desconhece e, conseqüentemente, não poderia ser desvinculado de um saber impositivo que cega, embota e massacra, acarretando – assim – uma relação de poder.

Supomos que tanto as incansáveis tentativas da psicanálise clássica de precisar o que poderia ou não ser considerado como interpretação, quanto os seus esforços de simplesmente expandir este conceito acabariam por nos distanciar da questão – que pensamos ser extremamente pertinente – da sua eficácia enquanto instrumento prioritário da clínica e, conseqüentemente, se revelaria como um procedimento desgastante e inútil. Tornaria-se, então, urgente redimensionar a função atribuída à atividade interpretativa, o que não significa desvencilhar-se dela, mas simplesmente lhe atribuir um olhar mais realista.

Há outros autores que abrem mão de um uso prioritário da atividade interpretativa por acreditarem na sua ineficácia com pacientes regredidos. Annie e Didier Anzieu (2003) se incluem aqui, pois acreditam que falhas sérias ocorridas durante o desenvolvimento precoce requereriam modificações na técnica psicanalítica clássica, uma vez que a interpretação não poderia atingir o que ainda não tivera a chance de ser representado.

Michael e Enid Balint (1939) também se identificariam com esta linha e afirmam que à interpretação não podem ser atribuídas com exclusividade as influências passíveis de ocorrer no espaço analítico: o casal aponta para uma diversidade de elementos que forneceria indícios sobre a subjetividade do analista. Tais elementos incluiriam desde a decoração do consultório até a forma de interpretar do analista e seriam, assim, carregados de afeto.

Apesar de Winnicott não se deter na questão da cura, acreditamos que a concepção de Heinz Kohut (1989) sobre a mesma em psicanálise pode em muito se aproximar das idéias winnicottianas, pois – de acordo com ele – a cura não estaria relacionada a um maior alargamento do consciente sobre o inconsciente. O que estaria em jogo aqui seriam internalizações que poderiam ser adquiridas através de um relacionamento objetal que se dê de forma empática: seriam esses relacionamentos que acarretariam uma “correção” das falhas ocorridas em momentos infantis muito primitivos. Ora, não é exatamente isso que Winnicott diz?

Não é por acaso que a mãe-ambiente ocupa um lugar de extremo destaque na teoria winnicottiana. Tal importância se estenderia à prática analítica, uma vez que caberia ao analista suficientemente bom funcionar como ambiente facilitador: da mesma forma que a mãe teve que adaptar-se ao seu bebê, fornecendo-lhe cuidados que propiciassem um ambiente confiável e não invasivo, o analista também deve ter a mesma função. Ao fazê-lo, seria oferecida ao analisando uma outra oportunidade de começar de novo, corrigindo as falhas cometidas pela mãe-ambiente em momentos em que a criança não poderia suportar.

Winnicott chega até mesmo a comparar o analista com a mãe e faz a mesma analogia entre o paciente e o bebê: “[as] mães, como os analistas, podem ser boas, ou não suficientemente boas (...)” (Winnicott, 1975e, p.124). Assim como a mãe suficientemente boa, este profissional também deve ser capaz de identificar-se com o analisando, sentindo quando este último necessitaria “fazer

um” com ele para, então, chegar até o momento em que precisaria de uma maior autonomia:

De um estado de sentir-se fundido à mãe, o bebê passa para um estágio de separá-la do eu (*self*), enquanto a mãe diminui o grau de sua adaptação às necessidades do bebê (tanto em consequência de se ter recuperado de um alto grau de identificação com ele, quanto devido a sua percepção da nova necessidade dele, a necessidade de que ela seja um fenômeno separado). Trata-se exatamente da mesma coisa que a área de perigo a que se chega, mais cedo ou mais tarde, em todos os tratamentos psiquiátricos, com o *paciente sentindo-se seguro e capaz de subsistir, em consequência da fidedignidade do analista, da adaptação deste as suas necessidades, e de sua disposição a envolver-se, começando então a sentir a necessidade de libertar-se e alcançar autonomia. Tal como o bebê com a mãe, o paciente não pode tornar-se autônomo, exceto em conjunção com a boa vontade do analista em deixá-lo partir e, contudo, qualquer movimento por parte do terapeuta, que se afaste de um estado em que ele esteja fundido ao paciente, se encontra sob funesta suspeição, de modo a sugerir a proximidade de um desastre* (Winnicott, 1975f, p.149), (grifos nossos).

Com relação à maneira em que percebe a análise, ainda nos diz:

O vislumbre do bebê e da criança vendo o eu (*self*) no rosto da mãe e, posteriormente, num espelho, proporcionam um modo de olhar a análise e a tarefa psicoterapêutica. Psicoterapia não é fazer interpretações argutas e apropriadas; em geral, trata-se de devolver ao paciente, a longo prazo, aquilo que o paciente traz. É um derivado complexo do rosto que reflete o que há para ser visto. Essa é a forma pela qual me apraz pensar em meu trabalho, tendo em mente que, se o fizer suficientemente bem, o paciente descobrirá seu próprio eu (*self*) e será capaz de existir e sentir-se real. Sentir-se real é mais do que existir; é descobrir um modo de existir como si mesmo, relacionar-se aos objetos como si mesmo e ter um eu (*self*) para o qual retirar-se, para relaxamento (Winnicott, 1975a, p.161).

Para que a análise seja bem sucedida, é necessário que o analista *veja* o analisando. A fim de que isto possa ocorrer, é preciso que este olhar seja empático e isto será possível graças a sua capacidade de identificação com o paciente: somente por esta via o analista poderá dar suporte, propiciar um setting seguro e confiável que inclua o *holding* e o *handling* que falharam anteriormente. É também a partir desta identificação que o analista terá a sensibilidade de perceber e respeitar o núcleo na personalidade de cada um de nós. Este núcleo não se relaciona com o mundo dos objetos e é um espaço que o indivíduo guarda

somente para si. E assim deve permanecer: qualquer intrusão ou atividade interpretativa que tente incidir sobre esta área estará, na verdade, violando e desrespeitando o que não deve e não pode ser partilhado (v. Winnicott, 1983).

É necessário que o analista seja capaz de cuidar do paciente regredido. Esta regressão pode se perpetuar em decorrência de falhas ambientais, mas também é bastante comum nos estágios finais da análise e não deve ser confundida com o *retraimento*:

Quando ocorre uma regressão no decorrer de uma psicoterapia na qual existem condições para observações e intervenções mais delicadas, *o terapeuta rapidamente entra em cena e toma conta do bebê*, e então a pessoa entrega a função de nutrir ao terapeuta, e desliza para a posição do bebê.

O retraimento representa um comportamento autoprotetor, bastante útil, mas o retorno do retraimento não traz alívio, além de ser sujeito a complicações durante o processo. A regressão, no entanto, tem uma qualidade curativa, pois *é possível reformular experiências precoces através da regressão, havendo algo de verdadeiramente repousante quando se experimenta e se reconhece a dependência*. O retorno da regressão depende da reconquista da independência, e se isto é bem trabalhado pelo terapeuta, a consequência é que a pessoa se encontrará numa situação melhor do que antes do episódio. *Tudo isto depende obviamente da existência da capacidade de confiar, tanto quanto da capacidade do terapeuta de fazer jus à confiança*. E é possível que ocorra uma longa fase preliminar do tratamento consistindo exatamente na construção dessa confiança.

Na regressão ocorrida dentro de um processo terapêutico o paciente (de qualquer idade) deve revelar-se capaz de em algum momento alcançar uma não-consciência do cuidado ambiental e da dependência, o que significa que o terapeuta está dando uma adaptação suficientemente boa à necessidade. Vemos aqui um estado de narcisismo primário, que deve ser alcançado em algum momento do tratamento. No caminho do retorno, o paciente precisa que o terapeuta exerça duas funções – a pior função que se pode imaginar em todos os aspectos, e a melhor de todas – ou seja, a função da figura materna idealizada engajada em cuidar com perfeição de seu bebê. O reconhecimento do terapeuta idealizado e muito mau caminha passo a passo com a gradual aceitação, por parte do paciente, do bem e do mal existentes no *self*, da desesperança ao mesmo tempo que da esperança, daquilo que é real e daquilo que não é, ou seja, de todos os extremos contrastantes. Ao final, se tudo vai bem, há uma pessoa que é humana e imperfeita *relacionando-se* com um terapeuta que é imperfeito, no sentido de não desejar agir perfeitamente para além de um certo nível, e para além de um certo período de tempo.

*Estes mesmos fenômenos fazem parte do cuidado normal de uma criança pequena (...)* (Winnicott, 1990j, p.163), (grifos nossos).

É esta regressão vivenciada na análise que acarretará mudanças relevantes e para que seja propiciada em um ambiente confiável, é preciso que o analista não menospreze a idade emocional do paciente naquele momento específico, pois somente desta forma um *setting* adequado poderá ser favorecido.

As palavras de Winnicott chamam a nossa atenção para o *relacionar-se com*, extremamente importante aqui. Nesta esfera situa-se uma das críticas mais pertinentes que este teórico das relações objetais faz da psicanálise clássica: “o teórico tem de levar em conta o meio ambiente, e nenhuma afirmação que se refira ao indivíduo como ser isolado pode tocar o problema central da fonte da criatividade” (Winnicott, 1975b, p.103). Perceber o indivíduo como algo isolado e destacado do seu meio seria um grande equívoco, pois entre ele e o ambiente há uma relação de reciprocidade, na qual um faz parte do outro. Além disso, criatividade e ambiente estariam vinculados, já que é este último que irá ou não propiciá-la. Há, assim, um contínuo relacionar-se que – quando bem sucedido – abrirá espaço para a *capacidade de usar objetos*. Sobre esta Winnicott irá dizer que “constitui outro exemplo do processo de amadurecimento, como algo que depende de um meio ambiente propício” (Winnicott, 1975e, p.125).

Esta capacidade é vital no que concerne ao desenvolvimento emocional e envolve um objeto pertencente à *realidade externa*, o que inclui a “consideração da natureza deste” (Winnicott, 1975e, p.131). Esta capacidade de uso implica uma destruição do objeto pelo indivíduo e é imprescindível que o objeto (mãe/analista) sobreviva a este ataque. Para que um trabalho de análise possa ser sucedido, é fundamental que o mesmo ocorra no *setting*:

Por ‘uso’ não quero significar ‘exploração’. Como analistas, sabemos o que é ser usado, o que significa que podemos perceber o final do tratamento, mesmo que esteja a vários anos de distância. Muitos de nossos pacientes chegam-nos com esse problema já solucionado: podem usar objetos, podem usar-nos e podem usar a análise, tal como usaram seus pais, seus irmãos e seus lares. Entretanto, muitos pacientes necessitam adquirir, através de nós, uma capacidade de nos usar. Esta é, para eles, a tarefa analítica. Para atender às necessidades desses pacientes, precisaremos conhecer o que está em pauta aqui sobre nossa sobrevivência a sua destrutividade (Winnicott, 1975e, p.130).

Winnicott também acredita que as mudanças significativas que ocorrem em análise não dependem da interpretação, mas justamente da capacidade de sobrevivência do analista e da não retaliação:

Na prática psicanalítica, as modificações positivas que se efetuam nessa área podem ser profundas. Tais modificações não dependem do trabalho interpretativo, mas da sobrevivência do analista aos ataques (...)

*O analista preferiria interpretar, mas isso poderia prejudicar o processo* e, para o paciente, poderia assemelhar-se a uma espécie de autodefesa, com o analista desviando o ataque do paciente. Nesse caso, é melhor esperar que a fase passe e, então, examinar com o paciente o que aconteceu. Isso é legítimo, decerto, considerando-se que o analista tem necessidades próprias, mas a interpretação verbal nesse ponto não é o aspecto essencial e traz consigo seus próprios perigos. *O aspecto essencial é a sobrevivência do analista* e a incolumidade da técnica psicanalítica. Imagine-se quão traumática pode ser a morte real do analista, quando esse tipo de trabalho está em processo, embora mesmo sua morte real não fosse tão prejudicial quanto se ele desenvolvesse uma mudança de atitude com respeito à retaliação (Winnicott, 1975e, p.128), (grifos nossos).

Assim, a interpretação muitas vezes não é necessária e mesmo mais do que isso: pode ser até prejudicial e nociva ao tratamento: “a interpretação prematura, em tais circunstâncias, aniquila a criatividade do paciente e é traumática no sentido de ser contrária ao processo de maturação” (Winnicott, 1975a, p.161). Logo, é bem mais pertinente que o analista propicie uma boa maternagem, que se adapte ao seu paciente e, finalmente, que seja capaz de oferecer um ambiente permeado de confiança, sem a qual a “correção” da falha inicial não será passível de ocorrer.

A diferença entre Winnicott e Freud no que diz respeito à importância que atribuem à interpretação na teoria e no lugar que lhe concedem em sua prática poderia ser motivada pelos pacientes que passaram por sua clínica, constituindo – assim – a experiência de cada um deles. Winnicott chega até mesmo a apontar para tais diferenças e nos demonstra que com sua prática conseguiu atingir pacientes regredidos que não poderiam ser tratados pela psicanálise freudiana.

Sobre os casos de Freud, Winnicott afirma:

Olhando para trás, podemos hoje perceber que os casos eram selecionados corretamente para a análise, quando a história primitiva do paciente mostrasse que ele teria sido *cuidado de um modo suficientemente bom*. Essa adaptação inicial suficientemente boa à necessidade teria dado ao ego

individual a possibilidade de ser, e como resultado, os *estágios iniciais* do estabelecimento do ego *podiam ser considerados* pelo analista *um fato consumado* (Winnicott, 2000d, p.393), (grifos do autor).

E confirma isso ao dizer:

Sempre que há um ego intacto e o analista pode ter certeza sobre a qualidade dos cuidados iniciais, o contexto analítico revela-se menos importante que o trabalho interpretativo. (Por contexto entendo o somatório de todos os detalhes relativos ao manejo) (Winnicott, 2000d, p.395).

Winnicott não acredita que o bebê tenha um ego ao nascer. No seu estágio de *dependência absoluta* (v. Winnicott, 1983), a mãe regrida a fim de que possa ser capaz de atender a todas as demandas do seu bebê – que não existiria sem ela – e chega até mesmo a emprestar o seu ego para ele. Em outras palavras, o bebê precisa do ego da mãe para que, pouco a pouco, seja capaz de ir formando o seu próprio. E é apenas quando consegue caminhar rumo a um estágio mais complexo de desenvolvimento emocional que o indivíduo experimentaria a *capacidade de ficar só* (v. Winnicott, 1983). Esse fenômeno, extremamente sofisticado, mostra que é preciso ter algo introjetado para poder ser capaz de criar, ou seja, tem que ter um solo que lhe permita viver de forma criativa. Só assim é possível ser capaz de ficar só na presença do outro. Logo, a criatividade teria a sua base na relação mãe-bebê.

De acordo com Winnicott, os pacientes de Freud – ao contrário – não teriam vivenciado falhas tão precoces que teriam comprometido o seu desenvolvimento posterior. Os casos freudianos diriam respeito a pessoas inteiras, que já haviam sido bem cuidadas, o que – conseqüentemente – lhes teria permitido passar por situações triangulares que envolviam igualmente outras pessoas inteiras. Talvez seja por esta razão que a interpretação em Winnicott esteja longe de ser prioritária e, quando ocorrem, tampouco recaem sobre o Édipo. Sobre este complexo, Winnicott não concede nenhuma importância em especial, o que permitiria que o indivíduo fosse livre para criar e que pudesse escapar de uma subjetividade aprisionada na matriz edipiana.

Aqui, o analista funcionaria como ambiente ou “contexto”, propiciando – através de uma adaptação suficientemente boa – um meio que permitisse o afloramento do verdadeiro *self* que, por sua vez, não seria mais sufocado e

submetido a um *falso self* que se instalaria em condições inadequadas e impediria a capacidade de criar. Ao descrever o seu trabalho, Winnicott afirma que “o contexto torna-se mais importante que a interpretação” (Winnicott, 2000d, p.395). É justamente este contexto que permitirá que o verdadeiro *self* possa vir à tona: para isso, é necessário que o analista dê espaço para que o paciente regredido sinta raiva por suas falhas – tratadas como antigas – que, inevitavelmente, ocorrerão. Este é um momento muito doloroso, pois diferentemente do bebê, o paciente sabe que envolve riscos e a função do analista aqui é extremamente delicada e importante:

(...) a falha do analista está sendo usada e deve ser tratada como uma falha *antiga*, que o paciente pode agora perceber e abarcar, e zangar-se por isso. O analista deve ser capaz de usar suas próprias falhas em termos de sua significação para o paciente, sendo necessário que ele assuma a responsabilidade por cada uma delas, mesmo que isto implique em examinar sua contratransferência inconsciente (Winnicott, 2000d, p.397), (grifo do autor).

Em outros termos, o analista suficientemente bom teria que propiciar ao paciente a oportunidade de ter uma outra experiência – nova e diferente da que vivenciou em sua infância.

Winnicott não concebe a terapia sem o brincar e chega até mesmo a defini-la por esta atividade (v. Winnicott, 1975g, p.74). Obviamente, para que o brincar se dê, o analista necessita ter a sua capacidade lúdica intacta e, somente assim, o paciente poderá juntar-se a ele:

Parece-me válido o princípio geral de que *a psicoterapia é efetuada na superposição de duas áreas lúdicas, a do paciente e a do terapeuta*. Se o terapeuta não pode brincar, então ele não se adequa ao trabalho. Se é o paciente que não pode, então algo precisa ser feito para ajudá-lo a tornar-se capaz de brincar, após o que a psicoterapia pode começar. O brincar é essencial porque nele o paciente manifesta sua criatividade (Winnicott, 1975d, p.80), (grifos do autor).

Para acolher a brincadeira, o terapeuta deve considerar a terceira área, aquela que se encontra entre o indivíduo e o ambiente, que não faz parte nem do dentro, nem do fora e que constitui a área em que a brincadeira se dá.

É sobre o fato de a psicanálise clássica insistir em centrar-se exclusivamente no indivíduo, que recai uma das maiores críticas que Winnicott faz a ela. Ao restringir-se desta forma, a psicanálise estaria tentando a todo custo extrair do analisando materiais que, por mais ricos e diversos que sejam, serão reduzidos a representações que, ao atribuírem significado, aprisionam e agem de forma invasiva. Desta maneira, a psicanálise perderia muito, ignorando todo um universo repleto de diversidades que, quando propiciado, tem tudo para emergir: “quero apontar que a literatura psicanalítica, naquilo que expressa, não nos parece abranger tudo o que desejamos conhecer” (Winnicott, 1975f, p.147). E é enfático ao afirmar que: “existe algo sobre o brincar que ainda não encontrou lugar na literatura psicanalítica” (Winnicott, 1975g, p.62).

Ao ignorar constantemente os fatores ambientais, a psicanálise falha seriamente e ao centrar-se veementemente nas atividades interpretativas, não acolheria o brincar e as experiências culturais, menosprezando uma parte significativa do indivíduo: o seu meio. Ao fazê-lo, a psicanálise contenta-se com muito pouco: a mera ausência de doença seria satisfatória, o que a impediria de ir além e de acreditar no sentimento de que há um sentido em viver. Tal sensação somente poderia ser propiciada pela criatividade.

De acordo com Winnicott:

Os psicanalistas que enfatizaram corretamente a significação da experiência instintual, e das reações à frustração, falharam em enunciar com a mesma clareza, ou convicção, a imensa intensidade dessas experiências não culminantes que são chamadas de brincar. Partindo, como fazemos, das doenças psiconeuróticas, e com defesas do ego relacionadas à ansiedade que surge da vida instintual, tendemos a pensar na saúde em termos do estado das defesas do ego. Dizemos que há saúde quando essas defesas não são rígidas, etc. Raramente, porém, chegamos ao ponto em que podemos começar a descrever o que se parece à vida, à parte a doença ou a ausência desta.

Isso equivale a dizer que ainda temos de enfrentar a questão de saber *sobre o que versa a vida* (Winnicott, 1975c, p.137), (grifos do autor).

A sensação de que “a vida vale a pena” é proveniente da qualidade da experiência, isto é, desse espaço de relações que se dá entre o bebê e a mãe, entre o indivíduo e o ambiente.

Percebe-se, então, porque na teoria winnicottiana as interpretações não ocupam um lugar privilegiado: aqui não se tenta tapar “buracos”, nem tampouco

preencher lacunas deixadas por uma suposta falta da qual não conseguiríamos escapar e que seria, assim, estrutural. A própria noção de falta não faz nenhum sentido no pensamento winnicottiano, já que – como já vimos anteriormente – o que é valorizado aqui é a falha proveniente da experiência.

A teoria e a prática winnicottianas exigem modificações na técnica psicanalítica – e as adotam – quando se trata de lidar com o paciente regredido para quem é vital a oportunidade de uma outra experiência e de um “novo começo”.

A técnica psicanalítica é respeitada, sim e a interpretação utilizada não é autoritária, fechada ou dogmática. A atividade interpretativa deixa de ocupar o lugar de ferramenta sagrada, capaz de atribuir significado e esclarecimento. Segundo Winnicott, a tentativa de atribuir sentido não é prioritária e, muitas vezes, funciona como instrumento que submete, inibe e invade. Aqui, não se torna necessário tudo esclarecer sendo, então, possível conviver com dúvidas e com o que não nos faz sentido:

No relaxamento próprio à confiança e à aceitação da fidedignidade profissional do ambiente terapêutico (seja ele analítico, psicoterapêutico, de assistência social, etc.) há lugar para a idéia de seqüências de pensamento aparentemente desconexas, *as quais o analista fará bem em aceitar como tais*, sem presumir a existência de um fio significativo (Winnicott, 1975d, p.82), (grifos nossos).

Além de redimensionar o papel e o lugar da interpretação, Winnicott questiona a eficácia de um constante remetimento dos sintomas neuróticos ao Édipo:

É enlouquecedor e inútil para os pais ou educadores ficar sabendo (ainda que corretamente) que os sintomas de uma criança têm origem na repressão, que a causa de um distúrbio neurótico é algo de natureza essencialmente inconsciente, e que a única coisa a fazer é levar a criança à psicoterapia (que, na maioria dos casos, ou não estará disponível, ou será cara demais).

*A impaciência dos pais e educadores para com as verdades formuladas em termos de Complexo de Édipo não representa apenas sua ‘resistência’.* Esses fatos (...) tendem a fazer com que as pessoas se sintam impotentes. *O que podem elas fazer?* Por contraste, as necessidades da criança que representam resíduos da primeira infância apresentam aos pais e educadores problemas que eles próprios podem tratar, pela ênfase num ou

noutro aspecto da criação ou da educação (Winnicott, 1990a, p.53), (grifos nossos).

É importante dizer que esta denúncia que nos faz Winnicott não significa um não reconhecimento por sua parte da importância do complexo e tampouco quer dizer que não veja a utilidade de sabermos mais sobre ele. O que ele propõe é uma prática mais ativa que não se limitaria apenas a um mero compreender ou a uma fria e apática intelectualização dos processos que fazem parte do desenvolvimento emocional humano. Em outros termos, o afeto aqui seria prioritário em relação ao conhecimento.

Winnicott pode ser considerado um psicanalista não-edipiano no sentido mais pleno, uma vez que pensa muito mais em termos de ambiente e de espaço relacional como um todo do que do que em termos de matrizes binárias.

Finalmente, gostaríamos de mencionar que a ausência de subtítulos neste capítulo não se deu por acaso: acreditamos que estes funcionariam como uma tentativa de catalogar a riqueza dos conceitos e dos pensamentos winnicottianos, aprisionando-os em categorias que acabariam por comprometer a fluidez das suas idéias que tentamos brevemente apresentar aqui.

A grande riqueza e inovação de Winnicott é justamente o seu êxito em manter-se no paradoxo: recusar a dialética não o impediu de propor uma teoria consistente, fértil e original, abrindo, assim, espaço para uma reformulação da clínica analítica.

Abordaremos a seguir algumas consequências, na prática, da psicanálise prioritariamente edipiana, hostil ao paradoxo – da qual, como tentamos demonstrar, Winnicott não faz parte – através do pensamento revolucionário de Deleuze e Guattari.